

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**CARLA TORRES CAVALCANTI DO NASCIMENTO**

**DEUSES E DIABOS EM TERRAS DE FURTADO**

**UFRJ/CFCH/ECO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**CARLA TORRES CAVALCANTI DO NASCIMENTO**

**DEUSES E DIABOS EM TERRAS DE FURTADO**

**Rio de Janeiro**

**2009**

Carla Torres Cavalcanti do Nascimento

## DEUSES E DIABOS EM TERRAS DE FURTADO

Monografia submetida à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social, habilitação em Radialismo

Orientador: Prof. Dr. Maurício Lisovsky  
Co-orientador: Prof. Dr. Frederico G. B. de Araújo.

Rio de Janeiro

2009

N244 Nascimento, Carla Torres Cavalcanti do

Deuses e diabos em terras de Furtado. / Carla Torres Cavalcanti do Nascimento. Rio de Janeiro, 2009.

260 f.: il.

Monografia (Graduação em Comunicação Social ) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, CFCH/ECO, 2009.

Orientador: Mauricio Lisovsky.

Co-orientador: Frederico G.B. de Araújo.

1. Cinema brasileiro. 2. Identidade cultural. 3. Região nordeste

I. Lisovsky, Mauricio (Orient.), Araujo, Frederico G. B. de.

(Co-orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Escola de Comunicação. III. Título.

Carla Torres Cavalcanti do Nascimento

## Deuses e Diabos em Terras de Furtado

Monografia submetida à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social, habilitação em Radialismo

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2009.

---

Prof. Dr. Mauricio Lissovsky, ECO/UFRJ

---

Prof. Dr. Frederico G. B. de Araújo, IPPUR/UFRJ

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivana Bentes, ECO/UFRJ

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ilana Strozenberg – ECO/UFRJ.

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fátima Sobral Fernandes, ECO/UFRJ

Rio de Janeiro  
2009

Dedico este texto a duas mulheres inspiradoras de muita admiração em mim. Espelhos de força e doçura, dedicação e amor, elas são minhas avós: Maria Eulália Torres Cavalcanti de Albuquerque e Armanda Lopes do Nascimento.

## **AGRDECIMENTOS**

Agradeço aos colegas de estudo e grandes amigos do Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura – GPMC/UFRJ, pelas agradáveis tardes de reunião e discussões sem as quais este trabalho não existiria.

## RESUMO

NASCIMENTO, Carla Torres Cavalcanti do. Deuses e Diabos em Terras de Furtado. Monografia (Graduação em Comunicação Social, Habilitação em Radialismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

A questão central deste trabalho recai sobre as imagens Nordeste/nordestino construídas pelos seguintes discursos da época: 1) o relatório governamental produzido pelo Grupo de Trabalho pelo Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, de 1959 e 2) o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, dirigido em 1963 por Glauber Rocha. Ambos os discursos são territorializantes, produtores de “identidade/territorialidades Nordeste/nordestinos”, apesar de não deixarem de assumir como pressuposto um espaço já recortado e inventado ao longo dos tempos, a região Nordeste. Constroem *Nordestes e nordestinos* a partir de práticas sociais que os inventam, moldam e sustentam, dentro de campos político, econômico e cultural.

1.CINEMA BRASILEIRO. 2.IDENTIDADE CULTURAL. 3. REGIÃO NORDESTE.



## ABSTRACT

NASCIMENTO, Carla Torres Cavalcanti do. Deuses e Diabos em Terras de Furtado. Monografia (Graduação em Comunicação Social, Habilitação em Radialismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio De Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

The main point of this text lies in the Northeast/Northeastern images built by the following discourses of the 1950's and the 1960's: 1) the governamental report produced by the Group of Work for the Northeast Development, 1959 and 2) the film *Deuses e Diabos na Terra do Sol*, directed by Glauber Rocha in 1963. Both discourses are, in a certain way, territory makers, or identity/territory Northeast/Northeastern producers, although assuming this territory as something already limited and invented as Northeast Region. These discourses build Northeast and northeasters from social practices that invent, shape and sustain these images, inside economical, political and cultural fields.

1. BRAZILIAN CINEMA. 2. CULTURAL IDENTITY. 3. NORTHEAST REGION.

# Sumário

<b>1 Introdução</b>	10
<b>2 Hermenêutica Dialógica: uma metodologia para compreender os discursos</b>	16
<b>3 Nordeste: uma questão Nacional</b>	
3.1 O processo de criação da região Nordeste	21
3.2 A construção de outros Nordestes	23
3.3 Um Brasil unificado e industrial	29
3.4 O pacto nacional ameaçado: as Ligas Camponesas e a constituição da Questão Regional Nordeste	33
<b>4 Nordeste: razão e sensibilidade</b>	
4.1 O mundo é dos industrializados	41
4.2 Manoéis, Sebastões, Satanás...	47
<b>5 Deuses e Diabos em Terras de Furtado</b>	54
<b>6 Conclusão</b>	58
Referências	59

## 1 Introdução

Este trabalho se inscreve num campo reflexivo de problematização da construção do Brasil enquanto Nação. Um país que buscava se encontrar e se definir num momento de rupturas políticas, econômicas e estético-culturais, e que teve como questão central o que então se compreendia por região Nordeste. Desta forma, o tema principal deste trabalho são os diversos “nordestes” que, pelos anos 50 e 60, ganharam não só importância política e a atenção do Governo enquanto uma questão nacional, mas também alimentaram a rebelde e utopista produção artístico-cinematográfica da época, por se constituir em uma problemática de dimensões nacionais. Nação e Nordeste invadiram relatórios estatais de políticas públicas e salas de cinema, num movimento explosivo de auto-compreensão e auto-definição, trazendo a tona abordagens diversas em meio a um cenário de extrema desigualdade no campo<sup>1</sup>.

O objeto de investigação é o processo de rupturas que levou a constituição de uma Questão Regional Nordeste enquanto questão de caráter nacional. A questão central deste trabalho recai sobre as imagens e verdades construídas em torno de Nordeste/nordestino nos seguintes discursos da época: 1) o discurso estatal, materializado no relatório do *GTDN* (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, 1959), de autoria do economista Celso Furtado, e 2) o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, dirigido em 1963 por Glauber Rocha. A Questão Regional Nordeste será aqui abordada enquanto resultado de um processo histórico de construção e disputa de imagens Nordeste, tendo sido legitimada enquanto uma questão hegemônica, num desfecho da luta pelo poder em diferentes eixos de análise – econômico, político e

---

<sup>1</sup> “A identidade nacional ou regional é uma construção mental, são conceitos sintéticos, de uma enorme variedade de experiências efetivas. Falar e ver nação ou a região não é, a rigor, espelhar estas realidades, mas criá-las” (ALBUQUERQUE JR, 1999,27).

sócio-cultural. Foram tempos devotados à transformação do “Nordeste arcaico”, vítima da desigualdade inter-regional, para o “Nordeste industrial-planificado-integrado”, em nome da “segurança e integração nacional”. O Relatório do *GTDN*, intitulado “Operação Nordeste”, é o marco da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE (1959), no Governo de Juscelino Kubitschek, e foi imbuído do espírito desenvolvimentista da época - compreendendo desenvolvimento como crescimento econômico, centrado na burguesia industrial nacional e na atividade produtiva do Estado. Nesta concepção, o planejamento e a racionalidade técnica são centrais no modo homogeneizador de pensar o progresso e o território nacional.

Escolhemos o Relatório do *GTDN* (FURTADO, Celso, 1959) para compor a relação dialógica objeto considerando que esse discurso traduz, de forma clara e coesa, a percepção dominante no Executivo Federal acerca do Nordeste e da problemática nacional à época.

Já *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de 1963, um filme cujo processo criativo vai de 1959 a 1963, é visto em *dialogismo*<sup>2</sup> com o discurso estatal do relatório do *GTDN*, e nos chama a atenção para elementos que não são da ordem do racionalismo planejador e economicista estatal sobre esta questão regional, pois recai na crítica às desigualdades intra-regionais e numa motivação revolucionária de caráter messiânico, religioso e místico, atribuída ao homem nordestino nesta obra. *Deus e o Diabo na Terra do Sol* vai além do humanismo alienante e se contrapõe tanto ao discurso do “Estado industrial integrado”, que supõe e constrói o Nordeste negativamente, sob os signos do atraso, da ameaça, da desordem social, como também parece negar inclusive o próprio racionalismo de setores de esquerda, característico também do movimento sindical da época.

---

<sup>2</sup> Ver adiante todas as noções que envolvem o termo dialogismo.

Este filme apresenta-nos a ira revolucionária, a crise, a violência em sua radicalidade, não como espetacularização, mas como produtora de sentido, como ação transformadora, representando o fim do estado de indiferença sobre a fome e a miséria. Há, no sertão, uma esperança vulcânica de revolução, o mito como potência transformadora pulsando em forma de transe e delírio proféticos do oprimido.

Cabe lembrar que os anos 50 e 60 foram marcados pela valorização da arte cinematográfica como forte elemento de expressão nacional da cultura brasileira, sendo este também um assunto de Estado<sup>3</sup>. Neste trabalho, o cinema é compreendido como linguagem audiovisual singular, que transcende o caráter instrumental e de simples meio de representação, sendo uma atividade de criação e expressão de idéias e, como tal, constitui-se enquanto campo analítico, propositivo e enunciativo, tanto quanto o são as produções literárias, jornalísticas e científicas. Desta forma, o cinema não figura como um “espelho para refletir o que existe, mas sim “[...] forma de representação que é capaz de nos constituir como sujeitos e [criar] temas de novos tipos, permitindo-nos, por conseguinte, descobrir lugares *desde* os quais falamos” (HALL, 1996, 75).

Não se trata de encontrar o sentido de um “Nordeste real”, muito menos verificar a correspondência entre representação e realidade, mas investigar, em meio a luta pelo poder que se dava naquele período histórico, quais Nordeste/nordestinos existiam nos dois discursos, e de que forma isso está relacionado com o processo de construção identitária/territorial do Brasil?

O que se entende por identidade e território aqui se localiza no tempo e no espaço, não são conceitos representacionais, mas “simulacros discursivos, na medida em que se entende que essa positivação epistemológica – nem essencialista, nem

---

<sup>3</sup> No Governo Kubitschek, cria-se a Comissão Federal de Cinema em 1956, o GEIC (Grupo de Estudos da Indústria Cinematográfica), em 1958 e, em 1961, o GEICINE - Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (RAMOS, 1987).

idealista – coloca em destaque o papel do sujeito no campo do embate das formulações sobre o mundo (ARAÚJO, 2005:5)”. A todo território, então, corresponde uma territorialidade, ou seja, um referencial simbólico que não existe na forma concreta e é fruto de processos constantes de *territorialização*, em relação com os demais objetos no mundo.

Neste trabalho, portanto, defende-se a desnaturalização do Nordeste como região, também do sentido atribuído ao nordestino, e propõe a problematização de sua invenção no campo discursivo:

O Nordeste não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre. Os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamento que se cristalizam, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social que um dia veio à tona e correu sobre este território. O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença (ALBUQUERQUE, 1999,66).

O filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e o relatório do *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste* são discursos territorializantes, são produtores de “identidade/territorialidades Nordeste/nordestinos”, apesar de não deixarem de assumir como pressuposto um espaço já recortado ao longo dos tempos: a região Nordeste. Eles constroem Nordestes e nordestinos, lhes atribuem características físicas, atributos morais, culturais e simbólicos, construindo verdades que, como todas as verdades, se sustentam a partir de práticas sociais. As práticas sociais de que falamos assumem diversos caracteres - econômico, político, cultural - e se conectam, se afastam ou se aproximam, formando uma teia de práticas discursivas, relações de força e de sentido. O que significa falar de Nordeste/nordestinos para estes sujeitos sociais? É falar de seca, preguiça, promiscuidade, força, Deus, miscigenação, violência, crise, calor, rezadeiras e agricultores? Quais seriam as construções identitárias que significam e ressignificam a imagem de Nordeste e nordestinos em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e no relatório do

*GTDN*? Como estes discursos se comunicam através de seus enunciados e silêncios carregados de sentido, no que aqui se chama *dialogismo*? De quais dispositivos se valem para moldar e sustentar suas imagens Nordeste/nordestinos? Será possível concluir a respeito das relações de força existentes entre estes discursos instituintes da idéia de Nordeste como unidade e homogeneidade? Aqui “não tomamos discursos como documentos de uma verdade sobre a região, mas como monumentos de sua construção”(ALBUQUERQUE JR, 1999, 24).

No segundo capítulo deste trabalho, segue uma resumida explicação da metodologia eleita para a análise dos discursos anteriormente citados, a Hermeneutica Dialógica (ARAUJO et al., 2007).

No terceiro capítulo, expõe-se o que se entende por Questão Regional Nordeste enquanto uma questão hegemônica, que ganhou uma dimensão nacional, no que diz respeito aos aspectos econômicos, políticos e sociais que a legitimam. Pretende-se expor o período de construção de um ideário nacional desenvolvimentista e identificar os desdobramentos das crises político-sociais e as dinâmicas de poder que possibilitaram as políticas de planificação econômica voltadas para um Nordeste pré-inventado e hegemônico, implicando na derrota das bandeiras defendidas pelo segmento camponês organizado. Os primeiros passos do movimento Cinema Novo, que se constituiu em espaço cultural de debates sobre os acontecimentos políticos do país, todas as suas questões centrais e ações no sentido de interferir a partir da sua ideologia, também se encontrarão neste primeiro capítulo. É, portanto, uma parte do trabalho em que se pode perceber mais que um contexto de época, mas as posições políticas assumidas pelos sujeitos sociais, aqui tratados como sujeitos discursivos.

No quarto capítulo, busca-se a compreensão dos significados, ou a construção dos “signos Nordeste/nordestinos” presentes no discurso *do relatório do GTDN*, a partir

da sua posição enquanto sujeito social em relação ao objeto de nossa investigação. Em outras palavras, buscar-se-á compreender os signos que correspondem à imagem “Nordeste/nordestinos” do discurso estatal.

No quinto capítulo, busca-se definir os signos filmicos do *corpus* do filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, buscando elucidar os elementos que correspondem aos seus significados Nordeste/nordestinos.

No capítulo conclusivo, tratará do dialogismo em si, e partirá das imagens (significados) Nordeste em ambos os discursos para construir uma interpretação dos sentidos possíveis assumidos de um discurso para o outro. Em outras palavras, buscar-se-á construir um dialogismo que, apesar de considerado como uma construção interpretativa da autora, pretende afirmar quais sentidos assumem os significados Nordeste/nordestinos enxergados no *GTDN* para o discurso *Deuse e o Diabo na Terra do Sol*, e quais sentidos assumem os significados Nordeste/nordestinos enxergados em *DDTS* para o *GTDN*.



## **2 Hermenêutica Dialógica: uma metodologia para compreender os discursos**

Tendo exposto a problemática e a questão central deste trabalho, além de alguns elementos do arcabouço metodológico geral, fazemos um largo parêntese, afim de esclarecer o método específico através do qual será interpretado o *dialogismo* proposto, a *Hermenêutica Dialógica* (ARAUJO et al., 2007), elaborado pelo Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura – GPMC- do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR-UFRJ, e inspirada em elaborações de Michael Bakhtin.

Esse autor opera radical crítica à Lingüística tradicional, na medida em que compreende a reflexão sobre a linguagem como um campo que transcende às ordens semântica e sintática. O campo reflexivo assim entendido, designado pelo próprio Bakhtin de metalingüística, estrutura-se por intermédio de três categorias chave: dialogismo, discurso e compreensão.

Sobre a fundamentação desse referencial, e instituindo um modo operacional analítico de caráter estruturalista, a Hermenêutica Dialógica toma a problemática da linguagem como primordialmente comunicacional, consideração que traz implícita a suposição de que a própria natureza do vínculo social é discursiva. Todo dizer sobre o mundo, então, é discurso porque necessariamente direcionado a um outro sujeito social, constituindo, e sendo constituído, por uma relação dialógica. O dialogismo é entendido como uma trama complexa em que cada dizer considera dizeres passados e futuros (imaginados) do próprio sujeito, e antecipa possíveis respostas à sua fala em construção por parte de destinatários, estes identificados ou imaginários, objetivos ou difusos. Esses álteres, assim sendo, mais do que meros destinatários de um determinado discurso funcionam como co-autores do mesmo, visto que este se constrói a partir de uma ação responsiva esperada.

Para a Hermenêutica Dialógica, a compreensão do discurso diz respeito à construção/compreensão do signo que o constitui. O signo é entendido como constituído por quatro domínios imbricados e inseparáveis, configurando totalidade: i) o dos objetos “apontados” no mundo; ii) o dos significantes: trópos que conotam e denotam o objeto, correspondendo ao ato compreensivo referente às estruturas semânticas do idioma (definições de dicionário); iii) o dos significados: trópos que dizem respeito ao ato compreensivo limitado ao domínio interno do discurso, passíveis de entendimento pelos que partilham determinados léxico e gramática; e iv) o dos sentidos: trópos concernentes ao ato compreensivo, inexoravelmente associado aos anteriores, que toma por referência o dialogismo externo ao discurso pleno e tem por fundamento necessário o exercício de um juízo (ARAÚJO et al., 2007).

Operacionalmente, a compreensão de um discurso, ou seja, a compreensão de seu signo em determinada relação interdiscursiva, passa por dois momentos singulares, aquele que envolve os trópos objeto, significante e significado - realizados através dos instrumentos da lingüística tradicional na modalidade de uma análise do texto (ou fala) em si mesmo - e aquele que se volta à identificação do sentido do significado desse discurso para seus álteres.

A realização prática desse segundo momento é feita a partir da especificação da Posição de Sujeito\_o lugar epistemológico a partir do qual os sujeitos constroem seus discursos\_de cada um dos discursos em relação dialógica e do subsequente julgamento, no contexto em causa, dos significados de cada discurso ao olhar das respectivas Posições de Sujeito dos outros. Por sua vez, a Posição de Sujeito de um sujeito é determinada a partir da análise da Linguagem, da Língua e da Voz (LLV) que caracterizam seu discurso, termos esses que, todavia, não correspondem a seus significados correntes, mas dizem respeito ao seguinte, como tratados por Bakhtin.

Linguagem: corresponde a uma visão de mundo; Língua: corresponde a um modo de expressão social e historicamente típico; Voz: corresponde a um sujeito social e histórico tipo. Um Sujeito Discursivo é uma agente social especificado em termos de sua Posição de Sujeito, ou seja, em termos de Linguagem, Língua e Voz (ARAÚJO et al., 2007).

A Hermenêutica Dialógica, seguindo aqui rigorosamente pegadas de Bakhtin, tem em conta a possibilidade de que cada discurso não seja monocórdio, mas, sob diversas formas, múlti-significante (heteroglósico, ou plurilingüístico, ou polifônico ou as combinações possíveis dessas possibilidades). Isso significa tornar ainda mais complexa a abordagem de determinado discurso, por abrir a possibilidade de que ele, em si, seja configurado internamente também de forma dialógica, ou seja, podendo conter enunciados distintos em relação responsiva (ARAÚJO et al., 2007).

Um enunciado monocórdio é caracterizado por LLV únicas. Desse modo, cada proposição exprime de maneira direta as intenções do sujeito, delineadas por esses tópicos. Para isso, o sujeito discursivo utiliza somente certas palavras e formas empregando-as de tal modo que elas perdem a ligação com outros contextos intencionais. Um enunciado heteroglósico, por exemplo, ao inverso, não exclui intenções e juízos distintos ao do sujeito. As diversas linguagens presentes, então, podem ser dialogicamente confrontadas, servir de complemento mútuo ou oporem-se umas às outras, constituindo tramas de significados que serão objeto de atribuição de sentido (ARAÚJO et al., 2007).

As considerações acima sobre mono e heteroglosia são formalmente similares às situações de uma e várias Línguas (plurilingüismo), e também aos casos de uma e várias Vozes (polifonia), ambas situações dentro de uma determinada Linguagem ou mesmo configuradas em domínios de Linguagens distintas. Um discurso real, desse modo, pode

conter as várias combinações possíveis dessas situações previstas (ARAÚJO et al., 2007).

Como explanado anteriormente, dialogismo e discurso para a *Hermenêutica Dialógica* são noções complementares e inseparáveis. O que os discursos são, seus signos, é algo constituído em relação dialógica. O dialogismo, por sua vez, é trama complexa de discursos sincrônicos e/ou diacrônicos em relação responsiva (ARAÚJO et al., 2007).

É importante lembrar que todas as noções que envolvem a aplicação da *Hermenêutica Dialógica* no trabalho proposto são identificadas ao longo do texto, sem com isso aparecerem sob uma forma estruturalista e subdividida, mas estreitamente relacionadas, explicando uma a outra. Isto significa que a citação explícita e a separação classificatória destas noções se dão apenas neste espaço, com o objetivo metodológico de expor o que está em jogo no exercício de compreensão dos discursos, segundo a referida metodologia. O objetivo maior é, ao final, ter exposto ao longo do texto o que corresponde a estas noções teóricas sobre os dois discursos analisados.

O leitor não vai encontrar aqui uma detalhada análise do filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, plano a plano, ou uma larga interpretação sobre o conteúdo de um documento de época, em seus mínimos detalhes. A metodologia anteriormente esclarecida é aplicada em cima de um *corpus*<sup>4</sup> de ambos os discursos, selecionado em ordem de importância para o que vem a ser o objetivo deste trabalho, ou seja, analisar o dialogismo existente entre ambos os discursos.

Todos os conceitos da metodologia aqui exposta direcionam o olhar da autora, sem deixar de considerar ela própria como parte integrante do dialogismo investigado. Afinal, como negar que, ao escrever estas páginas, a autora não está, mesmo que em

---

<sup>4</sup> O corpus do material consiste num conjunto de trechos dos dois discursos, selecionados previamente e que, segundo a autora, exibem dispositivos utilizados na construção das imagens Nordeste e Nordestinos.

relação diacrônica com o objeto, construindo novos significados e sentidos que se interpelam neste dialogismo e que, por sua vez, estão condicionados pela relação da interpretante com seus alteres, entre eles, a própria banca examinadora desta monografia de final de curso?

Em outras palavras, este texto e sua proposta se constituem como discurso que, como todo o discurso no mundo, mesmo que considerado científico, e por mais que esteja metodologicamente justificado, submete-se à co-autoria inescapável advinda das relações de alteridade da autora, e também com o que já foi dito sobre o assunto.

### **3 Nordeste: uma questão nacional**

Um escopo triplo, que leva em consideração transformações de aspecto econômico, sócio-político e cultural, percebidas nos anos 50 e 60, explica a constituição de uma idéia hegemônica sobre Nordeste, conhecida como Questão Regional Nordeste, e entendida enquanto uma questão nacional, ou seja, uma questão de Estado. Estas primeiras páginas podem ser entendidas enquanto um contexto, espécie de histórico que antecede a questão central do texto, um tabuleiro sobre o qual jogaremos luz para entendermos o movimento das peças em jogo, levando em conta especialmente a posição de sujeito do Estado. É evidente que os rumos da história não estão predeterminados, e que a Questão Regional Nordeste configurou-se, nos anos 50, como o resultado da luta de alguns grupos sociais por poder (poder de dizer, de construir e estabelecer verdades, idéias, imagens), e do acionamento de dispositivos simbólicos necessários para se construir uma questão hegemônica sobre tantas outras que podiam ter sido. Investigar estes dispositivos de natureza discursiva/simbólica é um dos objetivos do presente trabalho.

#### **3.1 O processo de criação da Região Nordeste**

Sob o ponto de vista político-econômico, nos cabe lembrar, inicialmente, que a idéia de um “Nordeste”, enquanto região, é algo que remete ao final do século XIX, e mais especificamente ao início do século XX, tendo sido influenciada pela história da formação econômica/política nacional e suas diferenciações. Até então, o que se considerava NE era o que se convencionou chamar de “Nordeste oriental”, mais especificamente a região de produção canavieira, que travava contatos comerciais com a Companhia das Índias Ocidentais, e cuja oligarquia estava ligada aos engenhos de açúcar - compreenderia os atuais estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio

Grande do Norte. O sertão não compreendia área de interesse, pois sequer tratava-se de região povoada de maneira sistemática. Segundo Francisco de Oliveira:

O que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as “regiões” são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica (OLIVEIRA, 1981,30).

De acordo com sua abordagem de influência marxista, Oliveira quer dizer que a região era reconhecível de acordo com o que era o *locus* da produção açucareira (Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas). Piauí e Ceará eram indiferenciados, nunca assimilados ao que se chamava “Nordeste”. O que são hoje Bahia e Sergipe, não eram considerados Nordeste. Isso porque a hegemonia econômica (comercial) de um espaço sobre o outro era forte, como a hegemonia comercial de Recife em relação ao seu entorno, estendendo-se à Paraíba e ao Rio Grande do Norte (OLIVEIRA, 1981).

Até o final do século XIX, a idéia que caracterizou a interpretação sobre a formação econômica brasileira era a de “arquipélago”, o que quer dizer um conjunto de “ilhas” de produção escravocrata, dispersas pelo território nacional e desintegradas, apesar de conterem características comuns, quais sejam, voltadas para o exterior e completamente dependentes da metrópole portuguesa. O Nordeste como espaço territorial comumente entendido hoje, ainda no sentido privilegiado por Francisco de Oliveira<sup>5</sup>, só é reconhecido pela opinião pública e programas governamentais a partir do

---

<sup>5</sup> Dizemos “privilegiado” porque entendemos *região* como categoria socialmente construída, ou seja, como resultado da luta de representações que se instaura a partir de tradições e olhares disciplinares distintos. O geógrafo, o economista, o sociólogo, os cientistas políticos, todos intentam impor a sua perspectiva buscando a validação social de seu ponto de vista sobre a “região”. “O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar

século XX, quando as consequências das secas arrasadoras acionaram um discurso regionalista para solicitar a ajuda do Governo (OLIVEIRA, 1981).

### 3.2 A construção de outros Nordeste

Ainda na linha de análise econômico-política de Oliveira, o Nordeste açucareiro-textil (atividades semi-industriais e complementares na época), localizado na zona úmida litorânea e urbana, ao mesmo tempo em que enfrentava uma competição com o açúcar do Caribe, perdia poder político sobre a Nação, ameaçado pelo surgimento de uma segunda classe latifundiária, a do “Nordeste algodoeiro-pecuário” (localizado na zona semi-árida), esta também determinada pela relação com o capital internacional. “Barões do açúcar” são, gradativamente, substituídos pelos “Latifundiários do sertão” (OLIVEIRA, 1981).

A economia pecuária nordestina não esteve fundamentada nos padrões de reprodução da economia escravocrata, mas foi resultado de uma formação de desdobramento de outras atividades comerciais, ou seja, foi marginal à atividade econômica principal. Foi, portanto, uma atividade de caráter extensivo, feita ao sabor das conveniências, não planejada, apresentando ligação remota com o capital mercantil interno da região do açúcar (OLIVEIRA, 1981).

À época da Revolução Industrial e do avanço da indústria têxtil na Inglaterra, se verificou um aumento da demanda por algodão. O nordeste semi-árido se transforma num vasto algodoal, toma as terras do Maranhão à Bahia, e se transforma em pequenas e isoladas culturas que recebem todo um contingente populacional não mais absorvido pelos engenhos. Como funcionava a estrutura fundiária da economia? Era uma estrutura típica do latifúndio-minifúndio, com um custo de reprodução da força de trabalho baixo,

---

a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora” (BOURDIEU, 2007, 116).



baseado na agricultura de subsistência. O fazendeiro fixava de antemão o que o meeiro iria receber como parte da venda do algodão (“folha”) e “financiava” as mercadorias que o mesmo e sua família consumiam no chamado *barracão*<sup>6</sup>, de forma a endividá-lo eternamente. Nestas formas de relação exploratória da mão-de-obra rural se encontraram outras formas de pagamento, como o “cambão”, a “meia”, a “terça” e o “foro” da terra<sup>7</sup> (JULIÃO, 1962)

Nas primeiras décadas do século XX, o Nordeste passa a ser reconhecido principalmente a partir dos signos da seca, da vulnerabilidade, da migração, dos coronéis, da pobreza, da escassez, e da condição periférica no processo de desenvolvimento do país, tudo em contraste com o que um dia fora a opulência dos salões e saraus dos engenhos de açúcar. O termo Nordeste correspondia ao espaço de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, criada em 1909. A seca, como fenômenos natural ocorrido em 1877, tornou-se o maior problema da região, chamando a atenção dos veículos de comunicação da época, que falavam do “flagelo” de suas vítimas e chamavam a população “do Sul” a contribuir em campanhas de arrecadação (ALBUQUERQUE, 1992):

O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área (ALBUQUERQUE, 1999,68).

O “Estado atende a determinadas reivindicações e pressões do segmento das classes dominantes que falam *do* e *pelo* Nordeste” (ARAÚJO, VAINER, 1992,22),

---

<sup>6</sup> No barracão eram vendidos produtos de primeira necessidade a preços exorbitantes. Muitas vezes, os agricultores eram pagos em vales do barracão, ou deixavam a maior parte do salário na conta do mês que faziam ali. Os trabalhadores, por serem em maioria analfabetos, tinham pouco ou nenhum controle do que se lhes estavam cobrando (JULIÃO, 1962).

<sup>7</sup> 1) Cambão: pagamento em dias de trabalho cedidos em troca de um lote de terra para produção própria; 2) Foro: Também é um pagamento pela terra que o foreiro utilizava para produção de subsistência, só que em dinheiro; 3) Meia e Terça referem-se à metade, ou terça parte da produção, que o camponês deveria entregar ao latifundiário pelo aluguel da terra.

reforçando o discurso homogenizador regionalista. O acionamento deste tipo de regionalismo para conseguir a atenção do Estado e a manutenção das relações de poder naquele território ficou conhecido como “indústria da seca”. Já o regionalismo do sul surge na idéia de superioridade, baseado na ascendência européia e branca, tendo São Paulo como berço da nação “civilizada, progressista e desenvolvimentista” (ALBUQUERQUE, 1999), e o Nordeste como tudo o que o Sul “não deveria ser”.

Novas hegemonias se consolidaram no início do século XX, na região do Vale do Paraíba até o Oeste paulista. O ciclo do café do Centro-Sul, apesar de fundado inicialmente pela mesma utilização de mão-de-obra escrava (que depois é substituída pela mão-de-obra imigrante), e pela determinação comercial externa, através de suas relações com potências imperialistas, gera uma nova classe dirigente com espírito empresário, que se beneficia da proximidade com a capital e, desde o início, articula com o governo enquanto instrumento de ação econômica a seu favor (FURTADO, 2007).

A submissão do “Nordeste açucareiro e têxtil” ao “Nordeste algodoeiro-pecuário”, e todos estes à Região Centro-Sul, se deveu, segundo Oliveira, à manutenção de mecanismos de acumulação primitiva, pré-capitalistas (como o cambão), e significou a descapitalização daquelas economias:

[...] se o processo de expansão capitalista se dá visando, sobretudo, a acumulação, ele só é possível se conta, paralelamente, com um mercado para o escoamento de seus produtos; e a atividade primária do Nordeste, como no resto do país, é feita de tal forma que não cria esse mercado interno; não só devido aos baixos salários vigentes na região, como também devido à grande parcela da população que vive em nível de subsistência (COHN, 1976, 45).

Rumo diverso foi assumido pela “região” do café, de onde emergiu a industrialização e a força de trabalho como mercadoria no Brasil. O fazendeiro do café, que deixa de ser senhor para ser empresário, e o imigrante, foram personagens

importantes no que José Carlos Reis chama de infância da burguesia brasileira, que nasce sobre as bases do latifúndio exportador (REIS, 2007). Entre 1905 e 1913, o Brasil diversificara sua economia, e a I Guerra Mundial leva a uma utilização intensa de sua capacidade produtiva, já concentrada em São Paulo (TAVARES, 2004:48).

Em São Paulo a indústria contou com importantes excedentes gerados pela própria economia cafeeira, com expressivo e diversificado mercado regional e com uma mão-de-obra disciplinada e abundante, assegurada pelas políticas de subsídio à imigração européia (VAINER, ARAUJO, 1992,17).

Os anos 30 abrigaram um processo de redescobrimento do Brasil e intenso debate político a respeito da identidade nacional. No plano econômico, há um confronto entre as economias monocultoras agro-exportadoras e a industrial, e no plano simbólico, há uma valorização da modernização racional como saída do “atraso”. Obra emblemática que expressa o espírito desta época, *Raízes do Brasil* (1936), de Sergio Buarque de Holanda, critica a implantação de uma cultura européia no Brasil e, a partir de seus tipos weberianos (do trabalhador e do aventureiro, do sementeiro e do ladrilhador, do homem cordial, etc), atribui à revolução brasileira a necessidade de uma mudança de mentalidade do tipo clientelista, preguiçosa e desorganizada, para uma mentalidade cidadã, empreendedora e de espírito coletivo. Dizia o autor:

O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente energética do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação, ou antes, uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (HOLANDA, 1936, 61)

Este ideário de racionalidade se identifica com a construção de uma sociedade urbano-industrial, que tem início no Centro Sul. No plano cultural, acontece uma retomada da produção cinematográfica brasileira, concentrada também no Sudeste. Segundo Fernão Ramos, foi quando se delineou pela primeira vez uma consciência

cinematográfica nacional, mesmo que comercialmente ainda muito fraca<sup>8</sup>. Em 1936, Getúlio Vargas criou o INCE – Instituto Nacional do Cinema Educativo, no qual o diretor Humberto Mauro teve presença marcante.

Ao final da década de 30, a produção industrial no Brasil alcançava um crescimento de 43% entre 1935 e 1939 (e de 37% de 1940 a 1944), o que resultou na emergência explosiva do proletariado urbano e na definitiva hegemonia da indústria sobre a produção do café. A atuação do Estado passa a ser regulada por esta “nova” elite industrial hegemônica, prejudicando as economias agro-exportadoras (OLIVEIRA, 1981) e também a pequena indústria nordestina, localizada nos centros urbanos, já que esta ainda se voltava “para fora”, ou seja, para o mercado consumidor da região Centro Sul.(COHN, 1976).

Enquanto isso, no “Nordeste das secas”, surgia o DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas) em 1945<sup>9</sup>. O DNOCS contou com uma excelente equipe de engenheiros, botânicos e agrônomos. Houve avanço no conhecimento físico do Nordeste semi-árido, sobre suas potencialidades e limites do solo, sem com isso existir um entendimento de sua estrutura sócio-econômica e, muito menos, política. Este órgão não representou uma política planejada voltada para a região, pois sua atuação visava apenas o combate ao fenômeno climático da seca, de forma assistencialista, e poderia se dar em qualquer parte do país (construção de barragens, perfuração de poços, construção de estradas de rodagem, programas de assistência aos flagelados, tudo na propriedade de grandes e médios fazendeiros).

Além disso, sua atuação, financiada pelo Estado, não visava à transformação na estrutura social produtiva do Nordeste, e sim a manutenção das condições da mesma. O

---

<sup>8</sup> Os anos 30 foram o auge do cinema mudo no Brasil, plenitude que coincidiu com o aparecimento do filme falado em toda parte (RAMOS, 1987).

<sup>9</sup> Uma nova versão do que antes foram os IFOCS – Inspetorias de Obras contra as Secas, criadas já em 1909 (ALBUQUERQUE, 1999).

coronelismo já se verificava, pois tinham prioridade nas frentes de trabalho criadas pelo Estado os eleitores reais dos “coronéis”, e os “eleitores-fantasma” pululavam. A direção do DNOCS estivera sempre sob o domínio das oligarquias agrárias, viabilizando a fixação de mão-de-obra barata naquele território, principalmente nos períodos em que ela ameaçava ir embora, durante as secas (OLIVEIRA, 1981).

O desenvolvimento industrial do Centro Sul teria sido favorecido em relação a investimentos de infra-estrutura, como a construção de estradas para a circulação de suas mercadorias. Também foram suprimidas barreiras alfandegárias entre os estados, instituiu-se o imposto de consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país e se aboliu a capacidade de cada estado legislar sobre o comércio exterior. Tendo SP como centro, e RJ como sub-centro, esta região começou a “[...] forjar uma divisão regional do trabalho nacional (baseado na complementariedade), em substituição ao “arquipélago” de economias regionais até então existentes” (OLIVEIRA, 1981,74). “Estava-se na verdade em presença da implantação de um projeto de Estado Nacional unificado [...] que recobria a realidade de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica”. (OLIVEIRA, 1981,75).

O Nordeste passou a ser o exército industrial de reserva da região industrial, via imigração (contribuindo para manter baixos os salários de toda a massa trabalhadora) e a triangulação das trocas de mercadorias Nordeste-Exterior-Centro-Sul-Nordeste<sup>10</sup> lhe era desvantajosa. Há um predomínio das mercadorias do CS sobre o Nordeste em todos os setores. A ligação Estado/burguesia industrial mostrava-se forte, assim como era competitiva a sua capacidade de produção, e isso significou a destruição das outras economias regionais, tanto a açucareira-têxtil, quanto a algodoeira-pecuária.

---

<sup>10</sup> Quer dizer, as divisas de exportações realizadas pelo NE eram investidas na “região indústria” que, por sua vez, se tornava mais competitiva que a indústria nordestina e invadia o mercado consumidor nordestino.

“O ultimato do capital industrial à economia agroexportadora podia ser sintetizado em: ou te reproduzes como eu, ou te extinguirás” (OLIVEIRA, 1981, 84). Este movimento não é puramente econômico, pois modifica-se a dinâmica de poder. Aqui uma advertência de Francisco de Oliveira: a divisão regional do trabalho fez aparecer conflitos de classes nas regiões, que não se diferenciam apenas pela intensidade em que acontecem, mas em suas naturezas. Se no Centro-Sul aparecem burguesia industrial e proletariado urbano, no “NE” aparece o campesinato organizado.

### **3.3 Um Brasil unificado e industrial**

Os anos 50 também levam a marca do espírito modernizador, quando o Estado assume como necessidade o desenvolvimento econômico industrial sob o paradigma da integração nacional para fazer do Brasil uma Nação moderna. De 1955 a 1961, a produção industrial cresceu 80%, e o crescimento *per capita* foi aproximadamente três vezes maior que no resto da América Latina (SKIDMORE, 1975).

O presidente Juscelino Kubitschek prometeu cinquenta anos de progresso em cinco de governo, a base de muita negociação com todas as classes sociais brasileiras. Mesmo na linha do desenvolvimento nacionalista, seu governo foi receptivo aos homens de negócio estrangeiros, a quem concedia incentivos para investimento e a quem se dirigia para fazer empréstimos com o Fundo Monetário Internacional. Por outro lado, o presidente assegurava o mercado para a indústria nacional a partir de uma política de créditos e concedia generosos aumentos salariais à classe trabalhadora, mantendo certo controle governamental na própria estrutura sindical já bastante organizada.

Este Governo também não ignorava os pedidos de modernos equipamentos aos militares e proferia um discurso típico nacionalista, apesar de estes não conterem ingredientes antiamericanistas. Radicais de esquerda ou de direita não tirariam o Brasil do caminho democrático.

Tratava-se de construir uma atmosfera geral de confiança entre os brasileiros sobre o futuro do país. O símbolo que Kubitschek escolheu foi a capital no interior do país, Brasília - arrojado projeto milionário, assinado pelo brasileiro Lúcio Costa, cujos monumentos receberam os traços do mundialmente reconhecido Oscar Niemeyer - que desbravaria terras incultas, com a construção de novas estradas e a instalação de uma universidade que serviria como modelo da reforma de ensino. Criou-se um clima de expectativa entre os brasileiros, ao passo que também se desviou a atenção de problemas sociais e econômicos, tais como a reforma no sistema agrário. “O seu sucesso (de JK) mostrou que era um aluno hábil de Vargas [...]” (SKIDMORE, 1975, 215).

Aqui, um breve parêntese para acrescentar que o populismo, ou política de massa, como estilo de governo característico deste período, tem como base ideológica o nacional desenvolvimentismo, que envolveu civis e militares, liberais e esquerdistas, assalariado e estudantes universitários. O populismo pode remeter à idéia de paternalismo e manipulação das massas, mas vai além, porque também é reconhecido como um modo de governar em que se faça ouvir as insatisfações das massas. É como se o fenômeno de massificação urbana, aqui no Brasil, tivesse tomado contornos especiais, ou seja, também de participação política na forma de *aliança* entre massas urbanas e Estado, em que, evidentemente, o primeiro segmento nunca deteve a hegemonia, mas que, no entanto, para realizar-se, é necessário o atendimento de

algumas reivindicações básicas desta classe (WEFFORT, Francisco C. *in* FURTADO, 1968)<sup>11</sup>.

Foi no contexto populista varguista que as classes assalariadas lograram conquistas significativas, como o salário mínimo (1940) e as Leis Trabalhistas (1943)<sup>12</sup>, e que se realizou a *Campanha do Petróleo* (1947-1953), reafirmando uma política externa independente. Por outro lado, o populismo e as políticas de massa “estabeleceram os limites e as condições tanto da politização como da atuação política do proletariado urbano, de certos setores da classe média, dos estudantes universitários e, depois, do proletariado agrícola” (IANNI, 1971, 98).

O populismo aliado ao “Estado empresário industrial”<sup>13</sup> já havia criado a Companhia Siderúrgica Nacional (1943), a Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CHESF – 1945), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1952 – criado principalmente para a diversificação da indústria nacional), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB – 1952), a Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (Petrobrás - 1953), a usina hidrelétrica de Paulo Afonso (1955 – ano em que passa a funcionar) e passa a investir no transporte e em outros setores estratégicos, com o objetivo de integrar o parque industrial brasileiro.

É nos anos 50 que surge o cinema moderno brasileiro, também imbuído de um nacionalismo popularesco. Há um enorme vigor do gênero chanchada, mas paralelamente a isto, surge um movimento cultural de caráter nacional popular, alimentado pela esquerda e fortemente influenciado pelo neo-realismo italiano<sup>14</sup>, o

---

<sup>11</sup> “De fato, o que essa relação paternalista entre líder e massas contém de essencial, do ponto de vista político é, apesar da típica assimetria de todo paternalismo, o reconhecimento da cidadania das massas, o reconhecimento de sua igualdade fundamental dentro do sistema institucional. E a melhor prova dessa igualdade é a relação de identidade que as massas estabelecem com o líder, cidadão de outra classe social que se encontra nas funções de Estado” (FURTADO, 1968, 67).

<sup>12</sup> O Estatuto do Trabalhador Rural aparece em 1963, segundo Ianni, “quando o populismo vai a campo”.

<sup>13</sup> COHN, 1976,39

<sup>14</sup> Movimento artístico do pós-guerra, cuja característica principal é o comprometimento do cinema com a realidade social.



Cinema Novo. A obra precursora do nascente movimento Cinema Novo e da chamada “arte engajada”, foi *Rio, 40 graus* (de Nelson Pereira dos Santos, 1955), por abordar temas do cotidiano de forma crítica ou politicamente orientada. Paulo Emílio Gomes afirma ser surpreendente a “profundidade da impregnação brasileira, tanto nos personagens como nas situações” deste filme, que toma a favela carioca como ponto de referência em todas as suas histórias.

O Cinema Novo viria se constituir num grupo de diretores de cinema em oposição ao esquema industrial da produção cinematográfica desenvolvida em São Paulo nos primeiros anos da década de 50 (RAMOS, 1996), e que propunha a superação da dependência brasileira em relação à produção cinematográfica dita “imperialista”, através da produção nacional de baixo custo e de caráter alternativo, imprimindo uma transformação de conteúdo inclusive. As experiências humanas, o humanismo da vida cotidiana, em especial da camada pobre da população, passaram a ocupar o primeiro plano já em fins da década de 50.

É neste momento, de novas diretrizes em relação aos temas e a estética do cinema, que se começa a discutir o cinema propriamente dito, e seu potencial papel a serviço da mudança política e social<sup>15</sup>. A crítica à importação da produção estrangeira vinha junto com a idéia de transformar o cinema em mais um elemento de expressão nacional cultural brasileira, assim como com a literatura já havia se passado. “O Cinema Novo é parte de uma corrente mais larga e profunda, que se exprimiu igualmente através da música, do teatro, das ciências sociais e da literatura” (RAMOS, 1996, 100), mas, vale lembrar, foi um movimento majoritariamente composto de

---

<sup>15</sup> Este é um movimento que se espalha por toda a América Latina, em que os diretores são também intelectuais do cinema e produzem textos sobre o tema: Glauber Rocha (“A Estética da Fome”); Gutierrez Alea (“La Estetica del Espectador”); Garcia Espinosa (“Por um Cine Imperfeito”); Jorge Sanjinés (“Por um Cine junto al Pueblo”).

diretores do Centro-Sul, onde a produção cinematográfica, assim como a industrial, era infinitamente maior.

No Governo Kubitschek, criou-se a Comissão Federal de Cinema, em 1956, com o objetivo de forçar uma produção para aquecer a dinâmica de mercado, principalmente a partir do contato com grandes distribuidoras internacionais.

[...] dos anos 50 pra cá tornou-se mais incisiva a dimensão nacionalista das propostas de maior repercussão, uma vez que a situação do cinema passou a ser avaliada numa conjuntura social em que o *leitmotiv* das discussões é o desenvolvimento e a liberação nacional (XAVIER, 2001).

No que implica as políticas públicas nacionalistas do Governo voltadas para o Nordeste, ressaltamos um novo “desbravamento/invenção” da região, agora a partir de uma apurada sistematização de dados estatísticos de caráter estatal, envolvendo comparação de níveis de renda, ritmo de crescimento, níveis de concentração de renda e dinâmica desigual de transferências de divisas - entre outros levantamentos de informações, que funcionaram como a base do diagnóstico econômico que balizou a “reinvenção” do “Nordeste GTDN”. O Governo buscou constatar as desigualdades regionais brasileiras, consideradas nocivas ao fortalecimento de uma Nação industrial.

Estas desigualdades apareciam especialmente em relação à região Nordeste, como apontou o diagnóstico do Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN - 1959), grupo coordenado pelo economista de tradição cepalina<sup>16</sup> Celso Furtado, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO). A região Nordeste fornecia suas divisas de exportação, mão-de-obra barata, alimentos e outras matérias-primas ao Centro-Sul, onde a renda industrial chegava a ser cinco vezes maior que a sua neste período (COHN, 2007). Desta forma, o Nordeste estaria condicionado ao atraso e não representaria um

---

<sup>16</sup> Referente à Comissão de Estudos Econômicos para a América Latina (CEPAL), criada em 1946 por um movimento que defendia a autodeterminação econômica dos Estados.

mercado consumidor industrial, mas uma fonte de gastos públicos assistencialistas. Seria “um problema” (GTDN, 1959, 7), para o qual o Governo tinha a solução.

O fim da década de 1950 assinala, portanto, o processo pelo qual o Nordeste iria se integrar à Nação industrial, a princípio em reação aos riscos de um desenvolvimento desequilibrado - rendimentos decrescentes, falta de mão-de-obra e pontos de estrangulamento por falta de mercados consumidores (TAVARES, 2004, 88).

O que mais estaria em jogo na imprescindível tarefa de transformar um “Nordeste seco e sub-desenvolvido” em parceiro do projeto de industrialização/integração da Nação?

### **3.3 O pacto nacional ameaçado: as Ligas Camponesas e a Questão Regional Nordeste**

É também contemporâneo a este cenário econômico político e cultural o processo de radicalização política no campo. A burguesia industrial do CS, ao caminhar para a hegemonia, submeteu as classes populares do “Nordeste atrasado”, sem atacá-lhes diretamente, num movimento que visava a evitar a confluência das forças populares em escala nacional.

Já marcados pela Guerra Fria, os anos 50 iniciam com a Revolução Nacionalista Boliviana (1952) e encerram com a Revolução Socialista Cubana (1959). As desigualdades sociais inter-regionais e intra-regionais no Brasil se agudizaram neste período, devido aos fatores anteriormente expostos. As camadas populares rurais em muito dialogaram com os acontecimentos internacionais de mesma natureza, assim como com os movimentos de massa urbanos (TAVARES, 2004).

Dentro das Ligas Camponesas, movimento social de dimensões nacionais, o questionamento à propriedade da terra e a reforma agrária (junto à liberdade de

organização) como bandeira de luta foram resultados de movimentos de mobilização junto à esquerda sindicalizada. Para os trabalhadores rurais, as relações sociais, a dinâmica das relações de classe, enfim, a estrutura de poder e de dominação que eles viviam no campo, passaram a ser enxergadas como fundamentalmente determinadas pela propriedade da terra.

Em setembro de 1953, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) promovia o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, que ocorreu de forma simultânea em São Paulo e Recife. Elaborou-se uma pauta de reivindicações em que figurava a necessidade de confisco das terras dos latifundiários e das companhias estrangeiras e sua distribuição gratuita, com títulos legais de posse, entre os assalariados agrícolas e camponeses sem terras. Além disso, reivindicaram-se medidas de estímulo à produção e a criação de um banco para os que recebessem terra após a reforma agrária (TAVARES, 2004).

A União Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi criada em 1954, quando também se realizou, em São Paulo, a II Conferência Nacional dos Lavradores, cujo objetivo central era criar uma organização, de âmbito nacional, que aglutinasse as diversas organizações de trabalhadores então existentes. Destacou-se a discussão sobre a necessidade de se fazer uma reforma agrária, tendo sido lançada uma campanha nacional de coleta de assinaturas a seu favor, reforçando a questão da terra como tema principal das diferentes lutas que se davam no campo (TAVARES, 2004).

Segundo Francisco Julião, movimento das Ligas Camponesas não foi um movimento que nasceu organizado em assembléias de representação heterogênea como a da Frente Ampla Nacional. A primeira Liga Camponesa, que se transformou na SAAP - Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco - reuniu 140 famílias de

camponeses do Engenho Galiléia, de Vitória de Santo Antão, próximo a Recife, e serviu de estímulo a todas as demais. Entre seus objetivos estava a busca de recursos para construir escola e garantir assistência médica e jurídica para os camponeses ameaçados de despejo. Também se pretendia formar uma cooperativa de crédito para a compra de sementes, adubos e instrumentos agrícolas, e ajudar a pagar a dívida dos que estivessem com o pagamento do *foro* atrasado. Possuía, de qualquer forma, um caráter assistencialista. No entanto, os camponeses já questionavam as relações de poder e submissão em que se encontravam frente à figura do proprietário (JULIÃO, 1962).

As tentativas de expulsão dos camponeses da Galiléia acabaram por fazê-los procurar ajuda e se organizarem pelo direito de permanecer naquelas terras. É como se a consciência transformada em ação destas organizações fosse resultado de processo de vivência e necessidade coletivas, e de preocupações características daquela população, e não da leitura dos clássicos do marxismo, por mais que, posteriormente, as Ligas tenham sofrido a cooptação da esquerda sindicalizada, representada pelo PCB, e também da Igreja (TAVARES, 2004).

Abre-se aqui um pequeno parêntese para informar que, independente de estar sob o comando do PCB, Igreja ou Francisco Julião<sup>17</sup>, o movimento camponês era uma realidade incontestável. Os próprios termos *camponês* e *Ligas Camponesas*<sup>18</sup> causaram um caloroso debate, em 1955, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, quando o deputado Francisco Julião foi aconselhado a chamar o homem do campo de *rurícola*, pois *camponês* assumia uma carga política e ideológica demasiado forte. Sem dúvida, como elucidado na parte de introdução deste trabalho, é também neste sentido que buscamos investigar a força de um discurso, logo a partir da *palavra*, do *nome*, ou seja,

---

<sup>17</sup> Advogado, deputado estadual e líder das Ligas Camponesas.

<sup>18</sup> Nome dado pela imprensa conservadora da década de 40 às primeiras entidades representativas rurais, organizadas pelo PCB, sendo que estas parecem nunca terem se consolidado. Era uma tentativa de vulnerabilizá-las, vinculando-as às organizações comunistas (Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco Recife, 2001 in <http://www.alepe.pe.gov.br/perfil/parlamentares/FranciscoJuliao.html>).

do poder ideológico que abriga um *significante*. “Antes de se apropriarem das terras, Julião e as Ligas começaram se apropriando das palavras” (SANTIAGO, Vandeck., 2001, 22).

Em 1956, o I Congresso Camponês de Pernambuco mobilizou três mil pessoas pela reforma agrária, pela desapropriação do Engenho da Galiléia, e também pelo fim do cambão, do barracão e do aumento do foro (TAVARES, 2004).

Em 1958, as Ligas Camponesas organizaram 80 atos públicos em Recife, mas foi um despacho judicial, autorizando a desapropriação das terras do Engenho da Galiléia, que acirrou o confronto com os proprietários. Editoriais e artigos de imprensa criticavam a decisão judicial, alegando representar uma ameaça sem precedentes à propriedade privada e à ordem social. Protestava o jornal Estado de São Paulo, em editorial no dia 18 de fevereiro de 1960:

Ao criticarmos, não faz ainda muitos dias, a absurda iniciativa do governador Cid Sampaio, de desapropriar as terras do Engenho Galiléia para, num ilícito e violento golpe no princípio da propriedade, distribuí-las aos empregados daquela empresa, prevíamos o que disso poderia resultar. A violência seria, como foi, considerada uma conquista das Ligas Camponesas, e acenderia a ambição dos demais camponeses assalariados, desejosos de favores idênticos (*in* MONTENEGRO, 2008, 8<sup>19</sup>).

No período de 1955 a 1958 o General Cordeiro de Farias governou Pernambuco. Foi quando se registrou o maior número de prisões políticas e assassinatos. Só no ano de 1956, registrou-se 630 prisões políticas de camponeses, operários, estudantes, a maioria comunistas, socialistas e trabalhistas. Mesmo assim, acontecimentos como a Revolução Cubana (1959)<sup>20</sup> influenciaram e fortaleceram o movimento camponês, por

<sup>19</sup> Disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_pernambuco\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_pernambuco_02.pdf)

<sup>20</sup> Sobre o latifúndio: *Morrerá como foi morto em Cuba, onde o grande Fidel Castro entregou a cada camponês um fuzil e disse: 'Democracia é o governo que arma o povo'. Eu fui lá e vi tudo, camponês. Em Cuba não há mais cambão, nem meia, nem terça, nem vale, nem barracão e nem capanga. Lá naquela ilha libertada ninguém arranca mais lavoura. Nem põe a casa abaixo. Nem bota o gado no roçado. Nem cobra por um quadro de terra 150 quilos de algodão* (Cartilha do Camponês – Francisco Julião, 1960).

pregarem, principalmente, a reforma agrária. Os camponeses fizeram manifestações de apoio a Cuba, protestaram contra a tentativa de invasão organizada e financiada pelos EUA, levaram delegações de camponeses, operários e estudantes aquele país para prestar solidariedade e comemorar o Dia do Trabalho<sup>21</sup> (JULIÃO, 1964).

Na medida em que o poder de organização dos trabalhadores do campo aumentava, surgia a tensão sobre até onde toda esta mobilização poderia levar a Nação:

O Nordeste [...] constitui a mais extensa dentre as zonas de mais baixo desenvolvimento, ou mais agudamente subdesenvolvidas, de todo o Hemisfério Ocidental. O Nordeste é socialmente mais explosivo que a maioria das regiões subdesenvolvidas. Como modificar o curso do processo histórico que está sovacando a unidade deste grande País, ao mesmo tempo que permite a formação dentro de nossas fronteiras, de uma área que poderá vir a constituir um problema para todo o hemisfério? (FURTADO Apud COHN, 1976,81).

Contemporâneo a organização das Ligas, surge em Pernambuco o processo de educação orientado por Paulo Freire, baseado na conscientização da cultura popular, visão apoiada pela Igreja Católica (mesmo que não por sua corrente hegemônica). Diz Oliveira:

As forças populares do Nordeste evidentemente ainda não tinham conquistado as alavancas do poder econômico, mas caminhavam no sentido do controle político, e, o que é muito importante: estavam impondo sua hegemonia cultural, se assim quisermos chamar, ou sua hegemonia ideológica, ao nível das instituições da superestrutura (OLIVEIRA, 1981, 112).

Durante a greve dos universitários em Pernambuco, em junho de 1961, os camponeses foram perseguidos. “[...] assiste-se a um processo rápido de conscientização do camponês, o que leva aos atritos frequentes com os proprietários de terras e com a

---

<sup>21</sup> O Arquivo Público Estadual de Pernambuco possui, em seu acervo, documentação do DOPS, em que é possível acessar relatórios produzidos para fins de monitoramento, controle e repressão das Ligas Camponesas: quem eram seus principais líderes, onde se localizavam, entre outras informações.

polícia do Estado” (TAVARES, 2004, 95). É clara a ameaça que tais movimentos camponeses, representavam para a estrutura da propriedade privada. Neste sentido, a parte o fortalecimento do discurso imagem do fanatismo e da violência comunista, lançado sobre este movimento, a criação de um órgão de planejamento, como a SUDENE, subordinado ao Governo Central, se tornava algo interessante num processo de centralização do governo nacionalista que tentava evitar conflitos diretos.

O agravamento das questões sociais no Nordeste faz com que a região passe a ser vista como um sério problema de segurança nacional. Desta forma, a Questão Regional Nordeste deve ser entendida em suas dimensões político nacionais, para além das preocupações em se garantir a reprodução de uma acumulação capitalista, baseada na integração territorial e criação de novos mercados consumidores, como justifica uma análise economista do tema, mas deve ser compreendida enquanto pano de fundo para estratégias de manutenção de um pacto de poder vigente, “resposta à radicalização do conflito agrário, que toma foros de uma verdadeira convulsão social colocada em marcha pelas forças populares e sob a liderança das Ligas Camponesas” (ARAUJO, VAINER, 1994, 23):

[...] a Casa Branca convida Celso Furtado, em julho de 1961, para ir a Washington, a fim de debater diretamente com o presidente John Kennedy o problema do Nordeste e a possível ajuda que o Governo dos Estados Unidos, sob a égide da Aliança para o Progresso, poderia proporcionar ao processo de transformações por que passava o Nordeste, consubstanciado nos programas da SUDENE; em poucos momentos da história brasileira e, sobretudo, das relações brasileiro-norte-americanas, a interferência e a ingerência da potência imperialista do Norte nos assuntos internos do Brasil foi tão grande e tão descarada (OLIVEIRA, 1981, 120).

No mesmo ano de 1961, cerca de 1600 delegados do movimento camponês se reuniam em Belo Horizonte com faixas e cartazes que diziam: “Reforma Agrária já.



Reforma Agrária na lei ou na marra”<sup>22</sup>. Na Paraíba, uma passeata de milhares de camponeses protestava contra o assassinato de um de seus líderes, João Pedro Teixeira. Em Pernambuco, comerciantes, latifundiários e industriais se reuniram em assembléia permanente para exigir do Governo Federal que contivesse a “convulsão social reinante”. (VIANA, BARCELOS).

Em 1962, registrou-se a entrada de 4.968 norte-americanos em território brasileiro. Deste ano a 1964, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) manejaram volumosos investimentos norte-americanos, principalmente da CIA, para influenciar militares e políticos a posicionarem-se contra o presidente Goulart. No entanto, o nacional-reformismo se avantajou e refletiu nas eleições de 1962 (BANDEIRA, 1977). O presidente João Goulart defendia a união entre camponeses e trabalhadores urbanos, e as reformas de base. Através de um plebiscito, em 1963, 9 milhões de brasileiros disseram *sim* a volta do presidencialismo, ao Governo Goulart<sup>23</sup> e ao seu programa de reformas (IANNI, 1971).

Em acordo com as reformas propostas, principalmente a reforma agrária, o movimento artístico da época, os CPCs, se voltou para o Brasil popular, propondo uma arte, ou um cinema da transformação social, para o povo, e contra a alienação, o que, mais tarde, ficou conhecido como “modelo sociológico”<sup>24</sup>, segundo Bernardet. Este modelo se servia de tipos sociais e dicotomias (opressor/oprimido; bem/mal;

---

<sup>22</sup> Sugerimos assistir ao documentário “Francisco Julião: reforma agrária na lei ou na marra”, dirigido por Clarice Viana e Fernando Barcelos.

<sup>23</sup> A renúncia do presidente Jânio Quadros fizera surgir uma crise: muitos setores civis e militares julgavam a posse de João Goulart indesejável em razão de seu passado político populista-getulista. Para superar o impasse o Congresso Nacional emendou a Constituição, através de um Ato Adicional, instituindo o sistema parlamentarista, em lugar do presidencialismo, o que restringia substancialmente os poderes do Presidente.

<sup>24</sup> “É a voz do saber, de um saber generalizante que não encontra sua origem na experiência, mas no estudo sociológico”(BERNARDET, Jean Claude. Cineastas e a imagem do povo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 17).

trabalhadores/empresários) que permeavam os pensamentos da intelectualidade da época na construção de imagens Nordeste/nordestinos dos grupos militante do cinema. As representações do Nordeste tiveram espaço tanto no campo do cinema documentário (cujos principais são *Aruanda*, de Linduarte Noronha, 1960<sup>25</sup>, *Cabra marcado pra morrer*, de Eduardo Coutinho, 1964; *Maioria Absoluta*, de Leon Hirszman, 1964; *Memória do cangaço*, de Paulo Gil Soares, 1965 e *Viramundo*, de Geraldo Sarno, 1965), quanto no auge do Cinema Novo de ficção (*Vidas Secas*, Nelson Pereira dos Santos, 1963; *Os Fuzis*, Ruy Guerra, 1963; *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, Glauber Rocha, 1963). A expressão do Cinema Novo sobre o Nordeste deveria ser revolucionária, livre do modelo norte-americano praticado pela Vera Cruz. “A integração econômica e industrial do Cinema Novo depende da liberdade da América Latina” (ROCHA, 1981).

No dia 13 de março de 64, em discurso na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, afirmava o presidente João Goulart:

A Constituição atual, trabalhadores, é antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, injusta e desumana; o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações religiosas ou ideológicas (in SILVA, 1975).

Sem entrar em detalhes sobre a natureza de todas as articulações sociais que fizeram parte do desfecho da questão nacional tematizada neste capítulo, é possível compreender qual rumo tomou o país, e como se abriu o caminho para um regime de longos anos de escuridão<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> Filme sobre a Festa do Rosário, em Santa Luzia de Sabugi, na Serra Talhada, alto sertão da Paraíba.

<sup>26</sup> Ver BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil - 1961 a 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

## 4 Nordeste: razão e sensibilidade

Este capítulo tem como objetivo desenvolver a interpretação dos significados para o território Nordeste e para os nordestinos, encontrados tanto em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* quanto no Relatório do GTDN . A partir de um corpus previamente selecionado, buscou-se justificar comentários e qualificações atribuídos a este discurso, no que diz respeito ao recorte proposto.

### 4.1 O mundo é dos industrializados

O Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN assume, na forma de um texto bastante técnico e estruturalista, o ponto de vista do Governo Federal sobre Nordeste. A partir da queda de Getúlio Vargas, no pós-guerra, inicia-se um processo de mudança no foco do projeto desenvolvimentista adotado até então no Brasil, de um desenvolvimento nacionalista para um desenvolvimento industrial liberalista, inclusive aberto ao capital estrangeiro. Segundo Francisco de Oliveira: “A indústria passou a ser o centro motor da divisão social do trabalho” (OLIVEIRA, 1981, 85), influenciando de forma determinante a nova relação entre o Estado e sociedade no Brasil. O relatório do GTDN faz um diagnóstico econômico da região, baseado em dados objetivos, e também propõe projeções e diretrizes que viriam nortear o plano de ação do Governo Federal neste território. O principal conceito que marca este discurso é o de desenvolvimento, ali entendido enquanto uma metonímia para crescimento econômico (aumento de renda per capita, participação no PIB Nacional, níveis de produtividade, etc), que funcionará como um pressuposto às suas qualificações/construções Nordeste.

A idéia sobre território no GTDN, parece ir ao encontro deste pressuposto conceito de desenvolvimento, sendo, portanto, justificada a partir de um racionalismo

economista, como algo definido no âmbito do que seja mensurável/quantificável/localizável, e especificado por características de ordem econômica, informações estatísticas ou, simplesmente, o que determina o mapeamento do IBGE: “O Nordeste brasileiro, - considerada como tal a região que se estende da Bahia ao Piauí...” (GTDN, 1959, 13).

O território Nordeste, por sua vez, é ali compreendido sob a mesma lógica, não restando outro retrato desta região, se não o construído pelo conjunto dos signos da escassez, carência, ausência, êxodo, fuga de recurso, atraso. Enfim, é um “território falta”, subdesenvolvido e atrasado, que aparece, sobretudo, quando é exaustivamente comparado com o que parece ser a referência padrão do desenvolvimento no país, o chamado Centro-Sul, ou “os Estados litorâneos do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, e os Estados mediterrâneos - Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás” (GTDN, 1959, 13):

O ritmo de crescimento da economia nordestina, nos últimos decênios, vem sendo substancialmente inferior ao da economia do Centro-Sul (GTDN,7)

[...] a produtividade da agricultura no Centro-Sul é cerca de 52% maior que no Nordeste (GTDN,16).

Pode-se, portanto, assegurar que a renda per capita do Centro-Sul aumentou a uma taxa de cerca de 3,5 por cento, ao passo que o aumento da renda per capita do Nordeste não terá superado 1,5” (GTDN,19).

Sobre esta comparação, acrescenta Albuquerque: “O Norte é tudo o que o Sul não deveria ser, é o modelo contra o qual se elabora a imagem civilização do sul”(ALBUQUERQUE, 1999, 61). De modo particular, o distanciamento frente ao Centro-Sul é destacado através da consideração de que a articulação existente entre as duas regiões não configurava propriamente um sistema: “Constitui equívoco apresentar a economia brasileira como um só sistema, comparável a outras economias subdesenvolvidas de nível de renda per capita similar” (GTDN, 1959, 19).

O Nordeste aparece tão gravemente diferente do Centro-Sul, que é, em mais de uma vez, reafirmado enquanto uma questão de caráter nacional, ou melhor, um “problema” de caráter nacional:

O presente documento compreende uma análise sucinta do problema que representa o Nordeste, no quadro do desenvolvimento econômico nacional [...] (GTDN, 7).

A disparidade de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do país constitui, sem lugar de dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional (GTDN, 7).

A persistirem as tendências atuais, há o risco real de que se diferenciem cada vez mais os dois sistemas econômicos já existentes no território nacional, e de que surjam áreas de antagonismo nas relações entre os mesmos (GTDN, 8).

Nordeste é território parado no tempo, e com o futuro gravemente comprometido por conta da tendência à manutenção de um sistema arcaico de produção (incluído aí a agricultura de subsistência) e das desvantagens nas relações comerciais com seu “exterior” (Centro-Sul e mercado externo).

Nordeste é, principalmente, uma região determinada negativamente por um fenômeno natural, a seca. Crise, para o GTDN, significa o resultado da seca<sup>27</sup>, para a qual contribuem outros fatores, de natureza político-econômica, mas que assumem caráter igualmente natural e que fazem do Nordeste um território inevitavelmente condenado ao sub-desenvolvimento - remediado graças as inversões assistencialistas do Governo:

As causas profundas que respondem pela tendência secular do atraso da economia nordestina – escassez relativa de terras aráveis, inadequada precipitação pluviométrica, extrema concentração de renda na economia açucareira, predominância do setor de subsistência na pecuária do *hinterland* semi-árido – vieram juntar-se

---

<sup>27</sup> As secas provocam, sobretudo, uma crise da agricultura de subsistência. Daí suas características de calamidade social (p. 64).

outras, de tipo circunstancial, decorrentes da própria política de industrialização seguida no último decênio (GTDN, 1959, 8).

As transferências por intermédio do Governo Federal avolumam-se nos anos secos e, em grande parte, diluem-se em obras assistenciais. [...] O governo federal despende na região uma soma de recursos muito superior ao que ali arrecada (GTDN, 1959, 9).

O Relatório do GTDN (1959) contém um diagnóstico e uma proposta de intervenção estatal voltada à superação dos obstáculos que identifica para a integração do “nordeste atrasado” à “nação indústria”. As ações de governo ali previstas estão calcadas no planejamento de estado, na reforma institucional, na aceleração do crescimento econômico e na promoção da integração territorial e econômica do país, visando a diminuição dos chamados “desequilíbrios regionais” e introduzindo a industrialização na região:

Na verdade, se para o Centro-Sul do Brasil, a industrialização é uma forma racional de abrir o caminho ao desenvolvimento, para o Nordeste, ela é, em certa medida, a única forma de abrir este caminho. Caso se demonstrasse que a solução é inviável, não restaria ao Nordeste senão a alternativa de despovoar-se ou permanecer como região de baixíssimo nível de renda (p. 52).

No discurso em questão, é possível identificar interlocutores, ou seja, perceber diferentes grupos sociais a quem o texto faz referências, e que funcionam como elementos de alteridade para o GTDN (1959), como por exemplo: 1) o “Centro-Sul desenvolvido e industrializado”, com quem, como demonstrado anteriormente, o Nordeste é frequentemente comparado; 2) os “homens ligados à agricultura tradicionalista açucareira ou algodoeira-pecuarista do Nordeste”, localizada na Zona da Mata, onde se encontra a maior densidade populacional e é, pelo Relatório, apontada como decadente e arcaica, mas que, no entanto, contém a possibilidade de desenvolvimento no futuro, via industrialização; 3) o grupo que aparece neste futuro

industrial promissor, a nova “classe dirigente” da propugnada industrialização também aparece:

Durante muitos anos, o esforço de industrialização terá como objetivo reduzir o desemprego disfarçado nas zonas urbanas, além de intensificar o processo de formação de nova classe dirigente, na região, até o presente orientada quase exclusivamente por homens ligados a uma agricultura tradicionalista e alheios à ideologia do desenvolvimento (GTDN, 54).

Há referência, mesmo que de forma indireta, ao que aqui preferimos acreditar que configure a idéia de *nordestino* GTDN: o “homem do campo”, “cultivador”, “trabalhador rural”, “mão-de-obra que se auto-abastece”, “massa de subempregados”, “grupo populacional economicamente mais fraco”, “operário semi-ocupado”, “excedente demográfico”, “imigrante”, “mão de obra barata e com poucas exigências”. Em suma, uma figura frágil, representante de um grupo social passivo frente os efeitos devastadores da seca, por conta de dependerem majoritariamente da agricultura de subsistência e habitarem um lugar semi-árido, sem oportunidades de emprego, ou seja, sem possibilidade de produzir uma renda monetária com a qual poderia se manter em tempos de “crise”. “O homem do campo trabalha, em primeiro lugar, para alimentar-se” (GTDN, 1959, 64):

Na fazenda típica da região combinam-se criação e cultura de algodão mocó. Essas atividades destinam-se ao mercado e dão origem a um fluxo de renda monetária. A renda criada pela pecuária e apropriada em sua quase totalidade, pelo fazendeiro; a que provém do algodão mocó divide-se quase sempre em partes iguais, entre o dono da terra e o cultivador. Para o trabalhador rural importa menos a meação do algodão que a agricultura de subsistência (GTDN, 64).

Sobre a zona semi-árida, onde as atividades econômicas principais (pecuária e plantação de algodão) combinam-se com a agricultura de subsistência, o maior dano em tempos de seca, é sofrido pela população, devido a baixa na produção de alimentos: “No caso da seca, o impacto concentra-se no segmento mais frágil do sistema: a agricultura de subsistência. As repercussões sociais são, por conseguinte, muito mais profundas (GTDN, 11).

A citação anterior sugere a idéia de um sistema, configurado pelas atividades na zona semi-árida. No entanto, sem citar minimamente a dinâmica do poder político ligado à terra (no caso, a grande propriedade onde vive esta população), tal passagem se esquivava de uma análise mais aprofundada, tomando o referido sistema praticamente como um fenômeno natural de regiões não industrializadas ou “economicamente arcaicas”.

A imagem do nordestino seria a de um eterno trabalhador passivo às crises sazonais que, eventualmente, o fazem invadir as áreas urbanas prometidas à industrialização, aumentando o desemprego. Em nenhum momento é mencionada a organização política que tomou conta da área rural do Nordeste a partir do surgimento das ligas camponesas, em 1955<sup>28</sup>. O projeto estatal de industrialização e integração nacional é contemporâneo a um processo de radicalização da organização social dos trabalhadores rurais, violentamente combatido pelos poderes públicos estaduais e federal, mas sequer tem isso citado em seu relatório guia (GTDN, 1959), talvez o maior sinal de que seja este mesmo o mais importante elemento de alteridade deste discurso, as Ligas Camponesas. Conclui-se, desta forma, que a categoria *região* tenha sido acionada com dois objetivos, como destacam Araújo e Vainer (1992):

[...] primeiro, encobrir o antagonismo explorados x exploradores no interior do Nordeste e dissolvê-lo na entidade região, buscando, dessa forma, transformar o que era (é) essencialmente oposição em unidade; segundo, deslocar o conflito para as relações entre frações dominantes regionais e frações hegemônicas nacionais, transformando o que era (é) essencialmente unidade em oposição. (ARAÚJO E VAINER, 23).

Em outras palavras, o GTDN “nordesta”, ou seja, constrói Nordeste e nordestinos, praticamente de costas para um dos maiores movimentos sociais rurais que

---

<sup>28</sup> O Partido Comunista Brasileiro organiza o Congresso de Salvação do Nordeste, em 1955, reunindo políticos, industriais e intelectuais em torno dos problemas político-sociais do Nordeste. A Reforma Agrária esteve incluída na *Carta de Salvação do Nordeste*.



o país já conheceu. É, sem dúvida, uma das posições possíveis a partir da qual o GTDN preferiu construir sua imagem nordeste, inegavelmente conveniente ao seu ideário de “mudanças” pra aquela região.

E se na zona úmida se daria a implementação da industrialização, pra zona semi-árida o que se teve em mente foi um programa de deslocamento populacional:

O objetivo último que se tem em vista é transferir da região semi-árida algumas centenas de milhares de pessoas, criar nessa região uma economia com menor potencial demográfico e mais elevado nível de produtividade, e deslocar a fronteira agrícola do Nordeste (GTDN, 85).

#### 4.2 Manoeis, Sebastões, Satanás...

*Vou contar uma história,  
na verdade, é imaginação.  
Abra bem os seus olhos  
pra enxergar com atenção.  
É coisa de Deus e Diabo,  
lá nos confins do sertão.*

*Deus e o Diabo na Terra do Sol* é uma película que “nordesta” marcado pela temática das relações agrárias de exploração do sertão, através de uma linguagem poética e de uma estética influenciada pela literatura de cordel, o que por si poderia parecer contraditório desde o início<sup>29</sup> mas, neste discurso, não é.

Manoel é um vaqueiro como outro qualquer, um sertanejo que tem a vida simples, marcada pelo trabalho junto à terra, também cuidando das cabeças de gado de seu patrão. Rosa, sua esposa, trabalha nos afazeres da casa, junto à mãe de Manoel. Este

---

<sup>29</sup> Segundo a pesquisadora Sylvia Nemer, a literatura de cordel era avessa a qualquer tipo de proposta revolucionária, mesmo que isso não signifique ser conformista (NEMER, 2007: 34).

casal vive sob as formas mais arcaicas de vida, ilhados na imensidão do sertão, por uma vegetação seca e rasteira, por um céu estourado de luz e calor. Vivem num pequeno casebre, comem a farinha com as mãos, sentados no chão, e tudo o que possuem é um equipamento rústico de moer macaxeira, o que parece ser seu único sustento.



Figura 1: Manoel e Rosa moendo macaxeira e vazio  
(DEUS, 1963)



Figura 2: Imagem Nordeste: vegetação seca

Ao discutir com o coronel para quem trabalhava, pois este não lhe queria pagar o combinado, Manoel o mata. O assassinato do coronel Moraes, a raivosos golpes de facão, dispara a história em que vamos conhecer o universo místico, desequilibrado, violento, fantástico e revolucionário que é o *Nordeste Deus e o Diabo na Terra do Sol*. Para além disso, a cena de assassinato deste discurso alerta: o que aconteceu não foi uma briga comum entre camponeses, mas um enfrentamento entre um camponês e um patrão, entre um trabalhador rural humilhado e um coronel arrogante, dono de vacas, terras e gente.



Figura 3: Discussão com o coronel Morais  
(DEUS, 1963)



Figura 4: Manoel mata coronel Morais

**Diálogo:**

Manuel: Trouxe as vacas, mas morreram quatro.

Coronel Morais: Beberam no açude do norte?

Manuel: Sim, senhor. Era onde tinha água. Foram mordidas de cobra. Trouxe doze vacas. Queria fazer a partilha para acertar as contas.

Coronel Morais: Não tem conta pra acertar. As vacas que morreram eram todas suas.

Manuel: Mas, seu Morais, as vacas tinham o ferro do senhor. Não pode ser logo as minhas que sou um homem pobre. Foi azar mas é verdade. As cobras morderam as rés do senhor.

Coronel Morais: Já disse está dito. A lei está comigo.

Manuel: Dá licença outra vez seu Morais, mas que lei é essa?

Coronel Morais: Quer discutir?

Manuel: Não senhor. Só estou querendo saber que lei é essa que não protege o que é meu.

Coronel Morais: Já disse está dito. Você não tem direito a vaca nenhuma.

Manuel: Mas seu Morais, o senhor não pode tirar o que é meu.

Coronel Morais: Está me chamando de ladrão?

Manuel: Quem tá falando é o senhor.

Coronel Morais: Pra você aprender seu ordinário...(coronel golpeia Manoel com seu chicote)

*Cantador: Até que um dia, pelo sim, pelo não, / entrou na vida deles o santo Sebastião./*

*Trazia bondado nos olhos, / e Jesus no coração.*

O vaqueiro fugitivo resolve abandonar sua casa com a mulher, para ir em busca da salvação de suas vidas. Totalmente desamparado, com as mãos ensangüentadas, e cego pela angústia e desejo de mudança, Manoel se entrega, primeiramente, ao misticismo religioso, representado na personagem do beato Sebastião, o “deus negro”, que promete um mundo melhor aos camponeses, um lugar onde o “leite sairá das pedras”. A insuportável condição de desamparo e miserabilidade o leva, cada vez mais, à crença na justiça divina. O vaqueiro é tomado por diversos momentos de transe e delírio, em que pratica o auto flagelo, penitências, e até mesmo o sacrifício de um bebê,

em meio a um surto de fé religiosa que invadiu seu corpo e sua mente, convicto que estava em sua utopia, de busca pela salvação. Diz o beato Sebastião aos seus seguidores, em clara referência a Canudos<sup>30</sup>:

Do outro lado deste monte santo, existe uma terra onde tudo é verde. Os cavalo comendo as flor e os menino bebendo as água na beira do rio. Os homens comem o pó feito de terra, e poeira vira farinha. Tem água e comida, tem a fartura do céu... [...] As tropas do Governo perseguiram os inocentes, com suas balas da injustiça. É preciso mostrar aos donos da terra o poder e a força do santo.

O personagem Antônio das Mortes é um matador do sertão. Contratado pela Igreja e pelos políticos locais para assassinar o beato Sebastião e todos os seus seguidores, pois estes ameaçavam a ordem local, chega a Monte Santo e encontra o beato já morto, mas executa o restante do serviço, poupando a vida apenas de Rosa e Manoel. Quando desiludido com a experiência religiosa, Manoel se junta ao pequeno grupo de Corisco - cangaceiro sobrevivente do ataque em que morrera seu parceiro, Virgulino Lampião - e é batizado com o nome de *Satanás*. Esta transição é mediada pela personagem do cego Júlio, que caminha com o casal pelo sertão até encontrar o bando de cangaceiros. Diz Corisco na ocasião do encontro, quando se mostrava possuído pelo espírito de Lampião: “É o gigante da maldade comendo o povo para engordar o Governo da República. Mas São Jorge me emprestou a lança dele pra matar o gigante da maldade. Aqui. Aqui o meu fuzil pra não deixar pobre morrer de fome”. O vaqueiro passa a viver junto com este grupo e, ainda motivado por um violento desejo de justiça, começa a tomar parte em roubos e assassinatos.

---

<sup>30</sup> Time code: 00:20:50.

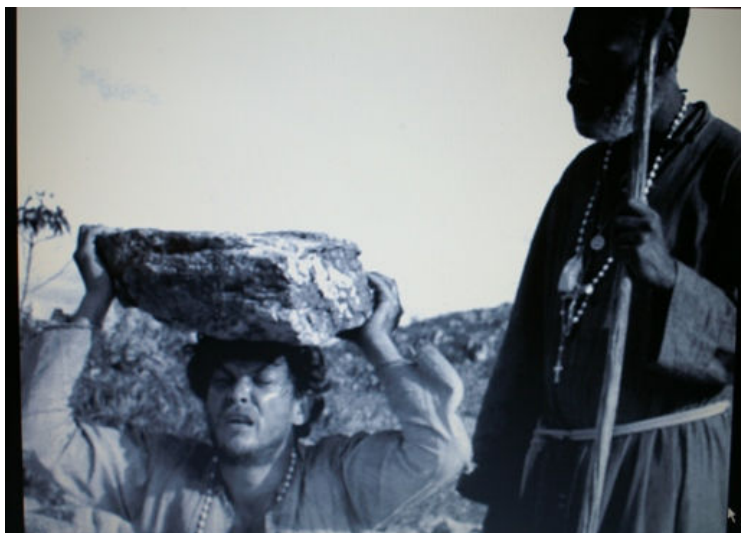


Figura 5: Manoel junto ao beato Sebastião, em penitência.  
(DEUS, 1963)



Figura 6: “Você agora se chama Satanás!” (Corisco).  
(DEUS, 1963)

A sinopse anterior é, sem dúvida, de um discurso que abriga uma carga política muito forte, e não representa mais uma crítica às formas de alienação praticadas pelo povo, como era comum encontrar nas películas do Cinema Novo nesta época – pelo menos, quando o assunto era religião. Mesmo que de forma ambígua, exteriorizada sob a forma de profecias apocalípticas religiosas e rompantes de violência extrema, *DDTS* constrói o retrato de um Nordeste onde vivem pessoas conscientes das desigualdades

sociais a que estão submetidas, principalmente sobre as que dizem respeito à terra e ao seu modo de vida/trabalho. É também um Nordeste que parece estar no limite do desequilíbrio, ou seja, abrigando um grupo social, o vaqueiro/camponês cuja angústia e o desespero atingem seu grau máximo.

Migrando entre dois universos igualmente violentos – o movimento religioso e o cangaceiro - o *nordestino DDTS* quer salvação e justiça, seja pela cruz, ou pelo punhal, e não pode esperar. Ele transborda força e fé por aquilo que acredita, explode em violência, junto a Deus e ao Diabo – que, aliás, neste discurso se misturam a todo momento.

A inspiração na literatura de cordel está presente nos textos que introduzem cenas cruciais da narrativa em *DDTS*, em que Manoel abandona sua casa para seguir o beato, ou quando ele se junta ao grupo de cangaceiros, em nova tentativa de ver sua vida mudar: “Mas a história continua, / preste mais atenção: / andou Manoel e Rosa/ nas vereda do sertão,/ até que um dia,/ pelo sim, pelo não,/ entrou na vida deles/ Corisco, diabo de Lampião”. Apontando para a esperança e para o despertar de uma nova ação, a voz em *off* do cantador tem, acima de tudo, a função de fazer deste filme uma grande fábula, que vai nos contar uma história de sofrimento, provação e sacrifício. O cantador recita os versos que são musicados por ritmos do sertão, o que nos sugere a imagem de um Nordeste tradição: “Procurando pelo sertão/ todo mês de fevereiro/ o dragão da maldade/ contra o santo guerreiro./ Procura Antônio das Mortes!”.

Considerado um dos ápices do filme, um plano seqüência mostra Corisco e os cabras saqueando a casa do coronel Calazans, onde acontecia um casamento. O clima é de total delírio, os cabras destroem a casa e se fartam de bolo e bebida, enquanto Rosa fantasia com uma grinalda, Corisco violenta a noiva e Satanás (Manoel) perambula pela casa segurando um crucifixo, até que é ordenado a castrar o noivo.



Figura 7: Ataque à fazenda do coronel.  
(DEUS, 1963)

A cena, que termina com Corisco destruindo um piano a golpes de rifle, recebe a música de Vila Lobos, e é emblemática da linguagem poética e, até certo ponto, surrealista, desta película, que aciona um inconsciente coletivo em estado de crise e delírio, sempre simbolizando o prazer e a dor naquele universo, a partir do atentado a qualquer tipo de lógica racionalista (BENTES, 2003).

Antônio das Mortes confessa ter matado os seguidores do beato Sebastião por estar inconformado e não pelo dinheiro que recebeu da Igreja e dos políticos. Antes de matar Corisco, ele declara ao cego Júlio: “Eu não queria, mas precisava. Eu não matei os beato pelo dinheiro. Matei porque não posso viver descansado com esta miséria”, e cego Júlio responde: “A culpa não é do povo, Antônio! A culpa não é do povo, Antônio! Não é do povo!”. Neste momento, Antônio das Mortes pronuncia-se contra o messianismo e o cangaceirismo, como meios de luta para a transformação:

Um dia vai ter uma guerra maior neste sertão. Uma guerra grande, sem a cegueira de deus nem do diabo. E pra que esta guerra começa logo, eu, que já matei Sebastião, vou matar Corisco. E depois vou morrer de vez, que nós somos tudo a mesma coisa (DEUS, 1963).

E assim fez Antônio das Mortes, perseguiu Corisco até encontrá-lo e encurralá-lo. Com a morte de Corisco, restou a Satanás sair correndo desesperadamente, não se sabe pra onde. Manuel (ou antigo Satanás) e Rosa correm juntos pela imensidão do sertão Nordeste, e a câmera encerra a película nas turbulentas águas do mar.



## 5 Deuses e Diabos em Terras de Furtado

*Nordeste e nordestino DDTs* vivem no limite, não só porque o céu não traz chuva e a terra não dá frutos (ou como quis chamar seu interlocutor – *GTDN* - devido a “escassez relativa de terras aráveis e a inadequada precipitação pluviométrica”), mas também pelo peso do chicote do coronel e de tudo o que parece estar por trás, ou ao lado disso, minando suas esperanças de, algum dia, conseguir comprar um pedaço de terra e sobreviver dignamente.

Eis aí o primeiro e, talvez, o mais forte ponto em que *DDTs*<sup>31</sup> rompe e diverge com o *Relatório do GTDN*: para o primeiro, o nordestino é um homem exposto à realidade dos fenômenos naturais/climáticos que tornam sua vida muito difícil, é verdade. Porém, este homem é, sobretudo, uma peça do tabuleiro conflituoso e, internamente, desigual que é o *Nordeste DDTs*. A fotografia deste discurso do cinema não nega o quadro de uma paisagem árida, do gado magro, do casebre pobre sob o céu estourado. Mas *Nordeste* é, antes de mais nada, um caldeirão explosivo, lugar de conflito entre coronéis e Manoéis, principalmente. Se bem o filme constrói um *Nordeste* atrasado e pobre, de pés descalços sobre a terra rachada, não o faz sem dar nome aos donos do boi, da terra e das vidas naquele lugar – os coronéis, a Igreja e os líderes políticos locais. *Deus e o Diabo na Terra do Sol* faz parte de um movimento político cultural (majoritariamente) do centro-Sul (Cinema Novo). No entanto, ao falar de *Nordeste*, fala de conflitos internos aquele território, calando-se sobre as desigualdades Norte/Sul no Brasil. *DDTs* contesta o *GTDN* com o que considera não mais poder ser omitido, nem que pra isso seja preciso o grito de fé, a penitência, a luta e o derramamento de sangue. Tabelas e gráficos já não dão conta do grau de angústia e fragilidade contida em seu universo nordestino.

---

<sup>31</sup> *Deus e o Diabo na Terra do Sol*.

O *Nordeste GTDN*, por sua vez, vai exatamente de encontro ao *DDTS*, na medida em que enxerga esse *Nordeste DDTs* como espaço da desordem e da ilegalidade, onde se faz a justiça com as próprias mãos, onde as tradições religiosas e a violência do banditismo parecem materializações de um lado passional e irracional, em boa parte responsável por todo o atraso de uma nação, e que parecem não compor o novo ideário desejado para o país num futuro próximo. Se para *DDTS*, Nordeste é lugar de experimentação, conflito político exteriorizado na radicalidade da fé, da crise e da violência - expresso numa câmera na mão, em planos longos e elípticos e num quadro estourado em luz - para o *GTDN*, este território é lugar de ação racional e planejada do Estado para extinguir manifestações de arcaísmos combatidos desde os tempos de Getúlio (BENTES, 2003).

Sob os “olhos” do *GTDN*, a opção estética pela tradição do cordel faz parte de um jeito de ser e encarar o Nordeste/Brasil/mundo de forma equivocada e ultrapassada. Esse Nordeste tradicional precisa ser superado e modernizar-se, ou verá sua condição desafortunada piorar ainda mais.

*DDTS*, no entanto, se utiliza da tradição, do canto/música e cordel sertanejos, mas não o faz por completo:

Na obra de Glauber, a tentativa de retratar o sertão é marcada por um movimento de aproximação e, ao mesmo tempo, de negação da tradição. Glauber incorporou da literatura popular alguns elementos da arte de contar, mas o fez por meio de um procedimento não inteiramente compatível com o que é característico daquela literatura (NEMER, 1997:135).

São exemplos de transgressão ao estilo da literatura de cordel a ausência de um final feliz em *DDTS* e o tratamento dado às idéias de bem e mal, que, no filme, não

assumem características bem definidas como nos cordéis<sup>32</sup>. Tanto a música quanto os versos aparecem nos momentos de transgressão do protagonista ou de uma guinada na história. O discurso *DDTS* tematiza, sobretudo, a revolução/transformação neste território. “Como nas fábulas ou nas narrativas míticas, os personagens de *DDTS* representam entidades, ou melhor, representam forças em permanente confronto” (NEMER, 1997: 137). Trata-se, no entanto, de uma transformação diferente da sugerida no discurso *GTDN*, pois este não leva em conta a dimensão das desigualdades intra-regionais em seu discurso território Nordeste.

Enquanto o *GTDN* compara rendas per capita, ritmos de crescimento e produtividade de um Nordeste prestes a ser esquadrinhado passivamente pelo Governo. *DDTS* explode em desabafo urgente, banhado a sonho e extrema violência.

Assim como o *nordestino GTDN*, também o *nordestino DDTs* não faz referência direta ao maior movimento camponês que tomou espaço no Brasil nos anos 50 (Ligas Camponesas). Manoel desconhece as assembleias das Ligas Camponesas e quer apenas um pedaço de terra pra construir uma casa e plantar seu sustento. Por outro lado, Manoel está longe de ser um sujeito equilibrado e suscetível ao planejamento do Estado, passivo ao que está acontecendo. Cada guinada em sua vida é precedida por forte questionamento sobre o *status quo*. Ele questiona primeiro se a Lei serve apenas para beneficiar o coronel dono das terras e vacas. Depois, se pergunta se é certo lavar a alma dos homens com o sangue dos inocentes, como queria o beato Sebastião, e, por fim, manifesta sua opinião afrontando Corisco: “Só se pode fazer justiça no derramamento de sangue?”. Eis a diferença entre um nordestino e outro: o *nordestino DDTs* não aceita passivamente o chicote do coronel e tudo o que isso significa em seu dia-a-dia, seja no

---

<sup>32</sup> Emblemática desta conclusão é a opção que este discurso faz por utilizar a mesma voz tanto para a personagem Sebastião quanto para a de Corisco. O ator Othon Bastos, que representa Corisco neste filme, dublou o personagem do beato Sebastião.

semi-árido ou na fronteira agrícola para onde o queiram transportar. É um camponês rude e inocente, mas não cessa de arder em busca da transformação.

Não é a toa que, *DDTS* encerra sua história em aberto, após trágica experiência entre os líderes rebeldes Sebastião e Corisco, com a imagem dos *nordestinos DDTs* correndo desesperadamente pelo imenso sertão. Eles correm não se sabe pra onde, e talvez seja isto um motivo de angústia para o discurso racionalista *GTDN*. Logo adiante, Rosa cai no chão, e Manoel simplesmente segue correndo. Manoel corre pra onde? Para as fábricas da cidade? Para o Centro-Sul? Para as assembléias das Ligas? Não se sabe, só sabemos que ele corre de forma incansável. A câmera nos deixa ver o que há por perto: uma imensidão de águas em movimentos vigorosos, o mar.



Figura 8: Manuel e Rosa correm pelo sertão  
(DEUS, 1963)

Ouve-se a última canção da fita: O sertão vai virar mar/ O mar virar sertão!// Ta contada a minha história, verdade e imaginação./ Espero que o sinhô/ tenha tirado uma

lição: / que assim mal dividido/ esse mundo anda errado,/ que a terra é do homem, / não  
é de Deus nem do diabo.

## 6 Conclusão

Mais do que realizar uma simples análise de discursos desvinculados um do outro, buscou-se neste trabalho a compreensão de uma problemática – Questão Regional Nordeste - relevante à época em questão, ou seja, buscou-se produzir interpretações possíveis de significados que nunca estiveram jogados no mundo, mas existiram, e existem, segundo interesses específicos dos grupos sociais que os tomam pra si. Interesses estes, inscritos em movimentos de grupos sociais pela manutenção e/ou inversão das posições de poder, em que, a cada tempo, corresponderam uma idéia de Nordeste, sempre somada à anterior e contaminada pelos Nordestes futuros. Este trabalho traz interpretações sobre Nordeste/nordestinos construídos, enxergando-se, sem dúvida, como um discurso submetido à posição de sujeito da autora do texto (em relação aos seus próprios alteres), sobre as questões nele refletidas.

O *Nordeste DDTS*, com sua trajetória pelos extremos da condição humana, julgados indispensáveis ao homem nordestino que anseia pela transformação, parece irregular, ilegal, primitivo e arcaico aos “olhos” do *Nordeste GTDN*. Este discurso também enxerga o Nordeste como espaço pobre e atrasado, mas deseja a transformação a partir da reorganização territorial e econômica, e da intervenção forte do Estado através da planificação regional. Se em *Nordeste DDTS*, a fé parece ser indispensável no processo de transformação do nordestino oprimido, no *Nordeste GTDN* reina o modelo paradigmático da racionalidade modernizadora.

O relatório do *GTDN* foi o precursor da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste. *Deus e o Diabo na Terra do Sol* foi paradigmático no espaço político e artístico da cena cultural brasileira. Muitos outros discursos contribuíram para o surgimento e esquecimento de tantos Nordestes e nordestinos, porque são, indubitavelmente produtores da realidade, e não meros espelhos da mesma.



## Referências

ALBUQUERQUE, Junior Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALEXEI, Bueno. *Mais fortes são os poderes do Povo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

ARAUJO, F. G. B. e outros. *Identidade e Território enquanto simulacros discursivos*. Mimeo. GPMC/IPPUR/UFRJ, 2007.

ARAUJO, F. G. B. et al. *Para 'compreender' o discurso: uma proposição metodológica de inspiração bakhtiniana*. Mimeo. GPMC/IPPUR/UFRJ. Trabalho apresentado na Sessão Livre "Epistemologias e Metodologias para o Discurso Território", realizada durante o XII Encontro Nacional da ANPUR, acontecido em Belém (PA), 2007.

ARAUJO, F. G. B., Petrus, M. R. e Guelman, R. P. *Para uma Geo-Grafia sem Alma*. Mimeo. GPMC/IPPUR/UFRJ. Trabalho apresentado na Sessão Livre "Epistemologias e Metodologias para o Discurso Território", realizada durante o XII Encontro Nacional da ANPUR, acontecido em Belém (PA), 2007.

ARAUJO, Frederico, VAINER, Carlos. A questão regional brasileira e as políticas governamentais. In: *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. p. 13-32.

AVELAR, José Carlos. *A Ponte Clandestina: Birri, Glauber, Solanas, Getino, García Espinosa, Sanjinés, Alea – Teorias de Cinema na América Latina*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 1995.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil - 1961 a 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BOURDIEU, Pierre. A Identidade e a Representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.107-132.

COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento (o processo de criação da SUDENE)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

FAIRCLOUGH, Norman. Teoria Social do Discurso. In: *Discurso e mudança social*. Brasília, UNB, 2001. p. 89-131.



FURTADO, Celso. GTDN / Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

FURTADO, Celso. *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FURTADO, Celso. Gestão da Economia Cafeeira. In: *A Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.164-172.

IANNI, Otavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: *Introdução à Lingüística 2: domínios e Fronteiras*. São Paulo: Cortez. São Paulo, Cortez, pp. 101-142.

NEMER, Silvia. *Glauber Rocha e a Literatura de Cordel: uma relação intertextual*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, nordeste, planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PCB: vinte anos de política – 1958/1979. *A questão Social no Brasil*. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1980.

RAMOS, Fernão (org.). Os Novos Rumos do Cinema Brasileiro (1955-1970). In: *História do Cinema Brasileiro*. São Paulo, Art Editora, 1987.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

TAVARES, Hermes. *Planejamento Regional e Mudança: o projeto Furtado-JK para o Nordeste*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicações/UFRJ/IPPUR, 2004.

VAINER, Carlos Bernardo. *Regionalismos Contemporâneos*. In: A Federação em Perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995.

VIANY, Alex. *O Processo do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.

XAVIER, Ismail. *O Discurso Cinematográfico: a opacidade e a transparência*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1984.

### **Outras (internet):**

BENTES, Ivana. Terra de Fome e Sonho: o paraíso material de Glauber Rocha, 2008. retirado da internet em 01/10/2008, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bentes-ivana-glauber-rocha.html>.

BENTES, Ivana. Estética da violência no Cinema, 2003. retirado da internet em 01/10/2008, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bentes-ivana-glauber-rocha.html>.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas e a construção do golpe de 1964. Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE retirado da internet em 01/10/2008, disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_pernambuco\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_pernambuco_02.pdf).

PONTUAL, Virginia. O Urbanismo no Recife: entre idéias e representações. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais - Publicação semestral da Anpur (maio/novembro) Número 2, novembro de 1999, retirado da internet em 04/10/2008, disponível em [http://www.anpur.org.br/publicacoes/Revistas/ANPUR\\_v2n2.pdf](http://www.anpur.org.br/publicacoes/Revistas/ANPUR_v2n2.pdf). p. 86-116.

SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001. Retirado da internet em 01/10/2008, disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/perfil/parlamentares/FranciscoJuliao.html>.

SILVA, Helio. 1964: golpe ou contragolpe? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Retirado da internet em 25/06/2009, disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/33.pdf>.

### **Filmografia:**

ROCHA, Glauber. Deuses e Diabos na Terra do Sol.